

Atividades Bini Advogados

ABCD planeja ações educativas com a Confederação Brasileira de Badminton



A advogada Dra. Fernanda Bazanelli Bini, diretora da ABCD, participou do encontro junto à autoridades desportivas e de antidopagem, onde apresentaram o Plano de Educação para 2021, onde busca-se encontros de entidades desportivas com intuito de firmar parcerias e dar efetividade ao Plano de Educação proposto. O primeiro encontro está marcado para o dia 11 de Março de 2021 com os representantes da Confederação Brasileira de Triathlon.

Abaixo: <https://www.gov.br/abcd/pt-br/composicao/noticias/abcd-planeja-acoes-educativas-com-a-confederacao-brasileira-de-badminton>

Secretária e diretora da ABCD visitam comissões de desporto militar no Rio de Janeiro



A Antidopagem também se faz presente no desporto militar. E para estreitar os laços de cooperação com as Forças Armadas, a secretária nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Luisa Parente, e a diretora da ABCD, Fernanda Bini, visitaram as instalações da Universidade da Força Aérea (Unifa), do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan) e da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEX), acompanhadas pelos presidente, Major Brigadeiro Isaías, e vice-presidente, Coronel Leonardo, da Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB).

“Esta missão visou o aprofundamento da parceria com o desporto militar em relação à antidopagem. Não só nas relações institucionais, mas especialmente nas áreas de educação e pesquisa”, salientou Luisa Parente. “Foram encontros muito produtivos com os líderes das sedes militares e cada uma das Comissões Desportivas (Marinha, Exército e Aeronáutica). Tudo minuciosamente planejado pelo presidente Major Brigadeiro Isaías em vista da consolidação e desenvolvimento contínuo da parceria em prol do Jogo Limpo no desporto militar”, completou a secretária nacional da ABCD.

Abaixo: <https://www.gov.br/abcd/pt-br/composicao/noticias/secretaria-e-diretora-da-abcd-visitam-comissoes-de-desporto-militar>

Projeto de Lei

Projeto impede reajuste de aluguel até dezembro de 2022



O Projeto de Lei 631/21 impede reajustes de contratos de alugueis, em qualquer modalidade, residencial, comercial e não residencial, até dezembro de 2022. O texto, que tramita na Câmara dos Deputados, estabelece ainda que a retomada dos reajustes desconsiderará o acúmulo observado nos índices de correção dos contratos.

O deputado Alexandre Frota (PSDB-SP) acredita que a medida evitará o aumento de ações judiciais de despejo em razão da dificuldade de muitos locatários de arcar com eventuais reajustes nas prestações.

“Essa medida visa garantir que o contrato continue sendo cumprido, mas sem deixar de considerar as dificuldades por que passam a população brasileira devido à pandemia de Covid-19. É melhor os locadores receberem um pouco menos de aluguel do que nada receberem”, diz o deputado.

Abaixo: http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=472076

Projeto prevê renda básica durante calamidade pública ou emergência



O Projeto de Lei 698/20 cria o Programa de Renda Básica Emergencial, para famílias em condição de vulnerabilidade social em situações de calamidade pública ou de emergência - como na pandemia do novo coronavírus.

A proposta em tramitação na Câmara dos Deputados prevê benefício mensal de um salário mínimo (R\$ 1.100 em 2021) desde o início até, no mínimo, um mês após o fim da situação de calamidade pública ou de emergência.

Pelo texto, famílias em condição de vulnerabilidade social são aquelas inscritas no Cadastro Único de programas sociais da União que possuam renda familiar mensal total de até 3 salários mínimos ou de até 0,5 salário mínimo per capita.

Abaixo: http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=471835